

O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A EXPERIÊNCIA DA *PRÁXISS REVOLUCIONANTE*

THE STUDENT MOVEMENT AND THE *PRÁXISS REVOLUCIONANTE'S* EXPERIENCE

Rafaela Costa Vidal¹

Resumo: O presente estudo tem como proposta analisar o avanço das políticas neoliberais contemporâneas na educação e a resposta estudantil a este movimento. Nosso objeto de estudo é a tentativa de implementação de organização social nas unidades educacionais da rede pública no estado de Goiás², a experiência estudantil goiana em defesa do ensino público e da atuação dos estudantes perante a ameaça de encerramento das atividades no Centro de Ensino em Período Integral Prof. Pedro Gomes nos últimos meses de 2015. Inicialmente, nos dedicaremos em apresentar a conjuntura política e sua lógica neoliberal no âmbito educacional nacional e regional, onde também será discutido o caráter dos programas educacionais pretendidos pelo ano de 2016, por quem estavam sendo administradas, suas qualificações profissionais e quais os seus objetivos na rede pública de ensino. Posteriormente, será analisada a reação dos estudantes de Goiânia em relação ao avanço dos programas estaduais de terceirização do ensino público, sua experiência como agentes da *práxiss revolucionante* e a utilização da ocupação como estratégia política. Por fim, serão apresentados relatos narrativos dos estudantes e da diretoria do C.E.P.I. Prof. Pedro Gomes, quanto aos processos e experiências de sua ocupação e em quais aspectos a mesma se diferenciou das demais do estado.

Palavras-chave: Ocupação; Neoliberalismo; Movimento Estudantil

Abstract: The present study aims to analyze the advancement of contemporary neoliberal policies in education and the student response to this movement. Our object of study is the attempt to implement social organization in public educational units in the state of Goiás², the student experience in Goiás in defense of public education and the actions of students in the face of the threat of closing activities at the Term Education Center Integral Prof. Pedro Gomes in the last months of 2015. Initially, we will dedicate ourselves to presenting the political situation and its neoliberal logic in the national and regional educational sphere, where the character of the educational programs intended by the year 2016, by whom they were being administered, will also be discussed. your professional qualifications and what your objectives are in the public education network. Subsequently, the reaction of Goiânia students will be analyzed in relation to the advancement of state public education outsourcing programs, their experience as agents of revolutionary praxis and the use of occupation as a political strategy. Finally, narrative reports from students and the C.E.P.I board will be presented. Prof. Pedro Gomes, regarding the processes and experiences of his occupation and in which aspects it differed from others in the state.

Keywords: Occupation; Neoliberalism; Student Movement

A conjuntura das políticas educacionais no Brasil

¹ Historiadora e Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora II na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6077234339732972>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7969-971X>. E-mail: r.costavidal@gmail.com

² Edital nº 001/2016 de chamamento público convocado pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do estado de Goiás (Seduca/TO) destinado à seleção de organizações sociais qualificadas em educação para o contrato de gestão das escolas estaduais da macrorregião IV, que corresponde à subsecretaria de Anápolis e aos municípios de Abadiânia, Alexânia, Anápolis, Nerópolis e Pirenópolis.

Em meio à uma acelerada revolução tecnológica em que a América Latina estava inserida desde o final da década de 1980, o Brasil se encontrava em uma crise econômica sob o aumento da inflação, da dívida pública, do desemprego e do iminente esgotamento do papel do Estado. Segundo Vidal (2020, p. 13), o Governo brasileiro, subserviente à economia mundial em diversos setores, com destaque ao educacional, têm suas influências e geopolítica alterada pelo intercâmbio internacional (Banco Mundial, Banco Interamericano, agências da ONU, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Comissão Econômica para a América Latina e Caribe da UNESCO e o Fundo das Nações Unidas para a Infância), pela globalização dos mercados capitalistas e pelos seus centros hegemônicos políticos. Projeta-se um Estado forte para evitar uma crise emergente e generalizada com o propósito de aniquilar o crescente poder dos movimentos sociais, sindicais e estudantis vindo dos anos 1970 e 1980, ao mesmo tempo que se aspirava por controlar o capital com medidas de diminuição de gastos sociais e intervenções econômicas.

As eleições indiretas de 1985 marcaram o fim de um período ditatorial e o início de um período que representava o ensaio de uma democracia para o Brasil, sob a égide da constituição de 1967, a Nova República foi presidida por José Sarney (PMDB). A população ansiava por soluções aos problemas que estavam infundados historicamente no quadro de desigualdade social, altos índices de analfabetismo entre jovens e adultos, baixos indicadores de qualidade estrutural, administrativo e pedagógico, altos índices de repetência e evasão escolar, dentre outros.

A partir da aprovação da Constituição Federal de 1988, a redemocratização do Brasil exigia uma participação do governo e da própria sociedade no que se referia à erradicação dos problemas estruturais educacionais. Na década de 1990, a política brasileira defrontava-se com a necessidade de superar os problemas estruturais vigentes, e com as eleições presidenciais de 1989 e a posse de Fernando Collor de Mello (PRN), as reformas estruturais e as do funcionamento do Estado foram implementadas de acordo com os avanços da lógica neoliberal: privatizações de empresas estatais, abertura de mercado e de reformas dos sistemas públicos como da previdência social, da saúde e da educação.

As efetivações das reformas no campo educacional foram realizadas por meio de uma “descentralização” do Estado, implantada como forma de “desburocratização”. A ideia era tornar a gerência das unidades escolares terceirizada e autônoma a partir de

financiamentos com órgãos privados voltados para a cooperação técnica, e principalmente, através da visão produtivista denominada pela Teoria do Capital humano. De acordo com Marília Gouvea Miranda (1997), esta teoria consiste em um aspecto utilitarista da educação onde se observa uma preocupação com a capacidade humana enquanto capital, o que acaba por reduzir o ser humano a um simples objeto no processo produtivo na economia de mercado. A população, nestas condições, tem sua formação educacional voltada para uma capacitação profissional com menos foco na formação para o exercício crítico da cidadania (Vidal, 2020, p.39).

A tendência analisada nas políticas que se pretendia implantar é a divisão da responsabilidade entre governo, sociedade e iniciativas privadas, para manutenção da hegemonia burguesa. Com uma menor participação do Estado na educação, lhe é retirada a responsabilidade de erradicar o analfabetismo e outros problemas referentes à desigualdade social. Os organismos internacionais, em particular o Banco Mundial e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), demonstram forte interesse em incorporar os recursos privados para financiar a educação, atuando para além da parte econômica, mas especialmente na formulação das políticas educacionais, onde declaram introjetar na esfera pública as noções de eficiência, produtividade e racionalidade inerentes à lógica capitalista (Dourado, 2007, p. 926). Desta forma, o benefício empresarial é incorporado como um benefício para a nação, no que veio a lograr em uma ascensão e melhoria da infraestrutura econômica tecnológica e educacional, desconsiderando a desigualdade latente que viria a gerar e aumentar entre as classes sociais nos anos subsequentes.

As categorias centrais que definem estas políticas educacionais envolvem uma combinação de responsabilização, meritocracia e privatização inspirados nos moldes estadunidenses de educação. Este modelo é formado pelos chamados “reformadores empresariais” da educação (*corporate reformers*) e “são uma combinação entre política, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores alinhados à ideia de que a iniciativa privada é a melhor proposta para se “consertar” os problemas educacionais” (Freitas, 2012, p. 380).

Para o âmbito nacional, o movimento inspirado neste modelo é o “Todos pela Educação”, que teve como presidente do Conselho de Governança entre os anos 2006–2009, o megaempresário Jorge Gerdau Johannpeter, do Grupo Gerdau. O projeto possuía cinco metas desenvolvimentistas que deveriam ser alcançadas até 2022, que consistia em: (1) toda criança e jovem de 4 a 17 anos deve estar na escola; (2) toda criança deve estar

plenamente alfabetizada; (3) todo aluno deve estar com o aprendizado adequado ao seu ano; (4) todo jovem de 19 anos deve estar com o ensino médio concluído; e (5) 5% do Produto Interno Bruto (PIB) deve ser investido à Educação Básica. Segundo Demerval Saviani (2007), a lógica por trás do movimento “Todos pela Educação” pode ser traduzida como uma espécie de “pedagogia dos resultados”, onde a educação é guiada conforme o mercado [por meio dos que detêm os meios de produção] e são tratadas tal qual uma empresa: aqueles que ensinam, prestam o serviço, e os que aprendem, os clientes, fazendo da educação um produto incumbido de variáveis desde a competência do ensino até seu conceito de qualidade.

A teoria tecnicista de responsabilização e meritocracia, vindas de concepções da psicologia behaviorista e fortalecidas pela privatização, formulam os pilares da educação contemporânea e denomina-se como “neotecnicismo”. O neotecnicismo é a base da proposta política educacional onde dá-se igualdade de oportunidades, não de resultados. A meritocracia, que não traz grande impacto na melhoria do desempenho dos alunos, que estes têm as suas diferenças sociais transmutadas em diferença de desempenho, perpassam a responsabilização do Estado pela educação, e assim, se cria o ambiente propício para privatização.

As organizações sociais na educação

No Brasil, os impactos sobre os sistemas adotados de descentralização e autonomização das instituições educacionais contribuíram para o projeto neoliberal no estado de Goiás, onde a responsabilidade do Estado é transferida para os estados e subsequentemente aos municípios. O ensino é transferido para parcerias com a sociedade civil e empresas privadas como organizações sociais (OS). As OSs na educação em Goiás têm como proposta oferecer serviços mais eficiência e economia através da flexibilidade nas licitações e em sua autonomia, cabendo ao estado controlar e verificar os objetivos estabelecidos pelas gestões de ensino e se foram ou não alcançados. As OSs foram elaboradas na década de 1990 por Fernando Henrique Cardoso em pleno processo de criação de políticas que visavam o Estado Mínimo. Sendo um modelo de gestão que estabelece um contrato flexível, elas também podem se apresentar apenas com rótulos de beneficentes (herança de práticas corruptas do clientelismo e patrimonialismo presentes na sociedade civil).

Segundo o Portal da Transparência da cidade de São Paulo, organização social (OS) é a qualificação dada pelo Poder Executivo à pessoa jurídica de direito privado sem finalidade lucrativa que atenda aos requisitos previstos na Lei Complementar nº 846/1998 e normas correlatas. Ao estar qualificada como OS, a entidade tem autorização para participar de convocações públicas feitas por administrações estaduais para a celebração de contrato de gestão, que é o instrumento destinado à formação de parceria entre as partes Governo e OS para fomento e execução de atividades relacionadas às áreas das organizações. A partir da indicação dos Secretários de Estado responsáveis por tais áreas, cabe ao Secretário de Governo qualificar as entidades como Organização Social. Em linhas gerais, é uma espécie de terceirização dos serviços públicos. Uma das medidas preocupantes dessa gestão é a cessão de servidores, de licitações e do regime jurídico administrativo. A flexibilidade e autonomia na contratação e prestação de serviços públicos causam uma desestabilidade aos trabalhadores dessas instituições, já que não serão mais contratados por meios legítimos de serviços públicos (concurso público).

O projeto de transferir a administração de escolas estaduais para a gestão por organizações sociais em Goiás tinha como objetivo ser iniciado no ano de 2016 e foi inédito no Brasil. De um lado, temos estudantes e professores contra este modelo de gestão e pedem mais diálogo sobre a viabilidade do mesmo, e do outro, o governo que acredita – ou nos faz acreditar – que o setor privado é o único capaz de resolver os problemas estruturais, pedagógicos e administrativos das escolas. As Organizações Sociais pretendidas são organizações recém-criadas, com pouca experiência em educação e compostas por uma desamparada equipe técnica, a qual foram divulgadas apenas os seus nomes e não suas funções e qualificações. Dez organizações disputaram o Edital N^o 001/2016 de chamamento público e foram investigadas pela Revista Nova Escola em fevereiro de 2016 e divulgadas pelo portal do Sindicato dos Professores do Estado de Goiás (Sinpro-GO):

1. Inove: criada em setembro de 2015 e atua, conforme registro no CNPJ, em atividades de administração de fundos à atividades de zoológico, predominando suas atividades na área da saúde. Se localiza em uma casa na periferia da cidade de Trindade - GO e foi identificada por um banner improvisado. Ao chegar no local, a representante da Nova Escola, Lídia Borges, foi recebida por uma mulher que trajava bermuda e chinelo e lavava um carro na porta e que dizia lá ser um lugar “tipo OS”, e completou: “a gente só colocou aqui porque não sabia se ia dar certo” – uma empresa que pode futuramente gerir a educação do estado. Depois, a Nova Escola entrou em contato com a Inove pelo

telefone divulgado na Receita Federal e respondeu por ela o advogado Daniel da Rocha Couto. O mesmo não respondeu se a empresa possui experiência na área da educação e disse que informações só seriam dadas após a abertura dos envelopes que se daria em algumas semanas.

2. Instituto Consolidar: fundada em agosto de 2015, atua na área da saúde e assistência social. A Nova Escola foi recebida por um homem que trajava bermuda e chinelo. O mesmo informou que o instituto era da responsabilidade de sua cunhada e não sabia do que se tratava. Foi contratada a representante do instituto a gestora empresarial Melissa, professora universitária na área de fisioterapia. Ela informou que a intenção em participar do edital é “trazer uma nova metodologia de ensino baseada em inovação e tecnologia da informação” e afirmou que, dentro do contexto de OSs, o Consolidar “foi aberto não apenas com a intenção de atuar na educação, mas pleitear também a área da saúde”. Admite que o instituto não possui experiência na área da educação, mas afirma uma “expertise” de seus colaboradores. Quanto à formação da equipe, a presidente informou que a superintendente pedagógica seria Tereza Cristina Medeiros Pinheiro de Lima, doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás, e a superintendência administrativa ficaria com Karla Kellem de Lima, mestre em Desenvolvimento de Planejamento Territorial.

3. Associação Educacional Olimpo: fundada em junho de 2015, tem como principal área de atuação atividades de defesa dos direitos sociais, ensino e gestão de esportes. A sede administrativa inscrita na Receita Federal indica o Educandário Sol Nascente, uma das três unidades do Grupo Olimpo, em Goiânia. Entretanto, Ricardo Bernardelli, sócio-diretor do Grupo Olimpo, informou que a OS pertence ao seu antigo sócio e que nada tem a ver com sua empresa atual. Marcelo Moraes Melo, representante da associação, é atualmente dono do Colégio Teo, em Goiânia, e afirma que seu real objetivo é levar a qualidade da escola privada para a rede pública. Segundo o representante, o corpo técnico da associação é formada por profissionais com o qual tem contato há muitos anos, mas não informou quem são.

4. Instituto de Educação, Cultura e Meio Ambiente (ECMA): fundada em setembro de 2015, atua no ensino, cultura, arte e direitos sociais. O endereço indicado na Receita Federal dá-se no escritório Velasco Fayad Advogados, o qual estava vazio no dia marcado para a entrevista. José Izecias de Oliveira, presidente do instituto, informou que a composição do corpo técnico seria preenchida pelo quadro de fundadores disponível no

site institutoecma.com.br, contudo, não há no site as funções a serem assumidas por cada profissional.

5. Grupo Tático Resgate (GTR): fundado em maio de 2009, atua na administração de fundos à administração de zoológicos, com predominância na área de saúde. O local indicado na Receita Federal é na “ACREDITAR - Consultoria, Auditoria e Contabilidade”. A assessoria do grupo apenas informou que o conselho administrativo era composto por ex-reitores de universidades públicas e privadas, por diretores de cursos de graduação técnica e superior, por membros de conselhos estaduais de educação e por professores e ex-professores do ensino superior, sem mais explicações sobre o currículo dos profissionais.

6. Instituto Brasileiro de Cultura, Educação, Desporto e Saúde (IBRACEDS): fundada em maio de 2009, atua na administração de fundos à atividade de zoológico, com predominância na área da saúde. A sede da organização se situa ao lado da editoria Kelps, cujo dono Antônio de Sousa Almeida é também o presidente do instituto. Em contato por e-mail, a assessoria de imprensa informou que a área de atuação da OS vai além da educação básica, trabalhando também com o meio ambiente, cultura e saúde, possuindo diretorias para cada uma dessas áreas, mas não detalhou a composição da equipe.

7. Instituto Brasil Central de Saúde (IBCES): fundada em dezembro de 2015, atua na área da educação e da saúde. Sua localização se dá no edifício comercial New Times Square Urban Office e os recepcionistas do edifício não souberam informar sobre o instituto. Foi contatada a presidente do instituto Helena Beatriz de Moura Belle que informou que responderia às perguntas via e-mail, mas não o fez.

8. Associação Nacional de Ensino e Cultura (EDUCAR): fundada em 1998, atua em atividades de ensino fundamental e superior. O endereço do EDUCAR é no mesmo do Colégio Desafio. A presidente, Hilda Regina Ferreira Sena informou que a OS foi criada como uma creche e posteriormente começou a fazer cursos de capacitação de professores e coordenadores. A mesma não informou sobre o corpo técnico.

9. Instituto Brasileiro de Gestão e Educação Ambiental (IBEG): fundada em 2002, atua com cursinhos preparatórios para concursos, treinamento profissional e realização de atividades na área da saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais. Segundo a presidente Silvana Ferreira Gomes da Silva, o imóvel em Goiânia que é indicado na Receita Federal, foi mudado para Brasília. Afirma que o instituto trabalha na área há mais de 14 anos (em relação ao ano de 2016) e que possui uma equipe

multidisciplinar variada e de qualidade, mas não informou a relação com nomes e currículos dos profissionais envolvidos.

10. Fundação Antares de Ensino Superior, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão (FAESP): fundada em junho de 2006, atua na área de educação superior e extensão e outras atividades de ensino não especificadas. A entidade possui ao todo 15 unidades e sua sede se localiza em Goianésia - GO. Marlene Falcão da Silva Miclos, presidente da FAESP, informou que a fundação atua desde 2006 em educação e que já fez parcerias com a Universidade Estadual de Goiás (UEG) em cursos de pós-graduação, trabalho de formação de professores e cursos de extensão, mas não informou a proposta técnica da equipe profissional.

Foram lançados, ao todo, cinco editais pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SED). Visavam transferir 83 colégios e institutos tecnológicos para a administração de OSs e um total de R\$ 451.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta e um milhões de reais) seriam repassados para as OSs vencedoras. Os editais não foram precedidos de estudos técnicos e apresentavam diversas irregularidades, uma delas, tal como exigido pela portaria nº 02 do Tribunal de Contas do Estado, fere a constituição e a lei estadual de plano e carreira do magistério, onde afirmam que o professor deve ingressar na rede pública de ensino exclusivamente via concursos públicos. Diante estas irregularidades, estudantes e professores ligados à movimentos autônomos, como a frente de luta Secundaristas em Luta - GO e Contra a Terceirização da Educação em Goiás, respectivamente, protocolaram em dezesseis páginas as denúncias sobre as ilegalidades dos Editais de OSs da Rede Pública de Educação Profissional (REDE ITEGO). De acordo com o documento protocolado no Ministério Público, os diretores das OSs estão envolvidos em diferentes tipos de denúncias, como fraudes em licitações, desvios de dinheiro público, favorecimentos em projetos anteriores do governo de Goiás, vínculos com Redes Particulares de Ensino processadas por sindicatos de professores, acúmulos ilegais de cargos e por cobrar taxas irregulares dos alunos.

O levante estudantil e a *práxis revolucionante*: ocupação como estratégia política

A doutrina materialista, que postula que os indivíduos são forjados pelas circunstâncias e pela instrução, e que aqueles que se transformam são, conseqüentemente, resultados de circunstâncias distintas e de uma educação modificada, negligencia o fato

de que as circunstâncias são justamente transformadas pelos seres humanos e que o próprio educador deve ser educado.

A coincidência do mudar das circunstâncias e da atividade humana só pode ser tomada e racionalmente entendida como *práxis revolucionante*.” (Marx, 1845, p. 5). Dadas as condições de luta, formaram-se frentes organizativas, como o Secundaristas em Luta – GO, que compõem um movimento social. Para o sociólogo Charles Tilly (2010), na configuração de um movimento social se dispensam certas identidades individuais para formar uma homogeneidade coletiva e autônoma. No objeto em estudo essa supressão de identidade dificultou as ações coletivas, visto que o Secundaristas em Luta - GO prezavam pelo não levantamento de bandeiras políticas partidárias, só que a maioria engajada na luta compunha e representavam entidades partidárias. Também houveram falhas na comunicação, o que resultou em fortes tensões e em rachaduras. O seu formato foi inspirado nos moldes do movimento secundarista paulista – assembleias, com uma organização autônoma – e estes, por sua vez, inspirados no movimento estudantil chileno que eclodiu nos anos 2000, mas a realidade de cada contexto, apesar da similaridade no propósito, os instrumentos de luta de cada região eram divergentes e condicionados às coerções locais, a popularizar as vias institucionais e uma supressão do movimento social horizontal (auto-organizado) em detrimento do movimento social vertical (partidário).

A ascensão de uma “esquerda institucional” (Singer, 2009) abrandou parte das lutas modernas que antes eram das ruas. Quando esta ordem social é ausente e não responde mais aos anseios sociais, a estratégia de ocupação é utilizada como tática de ação direta – onde é considerada sua utilização apenas em último caso, quando as vias institucionais se esgotam. Houveram atos e manifestações para que esse projeto não fosse implementado sem diálogo com a sociedade – os diretamente afetados – onde se exigia audiências públicas e debates acerca das OSs que administrariam a educação. Ao não se dispor ao diálogo, o governo cria as próprias condições de luta para o movimento estudantil. Se ocupa com o propósito de responder o que não lhe foi perguntado: não se quer OS’s na educação.

As ocupações, além de serem usadas com estratégia, foram estratégicas. A primeira escola a ser ocupada foi o prestigiado Colégio Estadual Prof. José Carlos de Almeida (JCA), que se encontrava desativado furtivamente há um longo tempo, e por isso, não apresentava resistências à sua ocupação. A estratégia de ocupá-lo foi decidida em assembleia deliberativa pelas frentes de luta e minutos após ocupado, as mídias oficiais e alternativas já se encontravam no local promulgando a discussão entre os alunos

que ocupavam com a sociedade (professores, funcionários, os demais estudantes e com suas famílias) acerca das ameaças da terceirização. O caso particular do JCA foi simbólico, visto que não tinha estudantes, e por isso não teria como dialogar *in loco*: os ocupantes tiveram que trazer a população para o local. Esta ação serviu como inspiração e modelo para as demais escolas da região, como no caso do C.E.P.I. Prof. Pedro Gomes.

O Movimento Estudantil e a ocupação do C.E.P.I. Prof. Pedro Gomes

A ocupação do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes se deu por um medo que assombrou a todos, que era a grande possibilidade de fechamento da escola. No ano de 2015 a escola se encontrava com um reduzido número de alunos e se via um nítido propósito de sucateamento por parte do estado. Assim como a ideia de ocupar chegou ao Pedro Gomes, a ronda policial também chegou. Os estudantes que participavam ativamente do movimento ficavam à postos para ocupá-lo, até que, em um momento que o corpo de policiais que ficava na portaria saiu para, segundo o diretor, “provavelmente atender uma ocorrência”, dois alunos da época adentraram ao colégio e foi levantada a bandeira de “ocupado”. O diretor do colégio da época, o professor J. N., que vivenciou e participou do processo de ocupação, nos conta que soube da ocupação por telefone e que, conforme o crescente movimento político dos Secundaristas em Luta – GO e que com as escolas de tempo integral com maiores representatividades históricas, como o Colégio Estadual Lyceu e o Colégio José Carlos de Almeida, já haviam sido ocupadas, a diretoria previa que seria questão de tempo para a onda das ocupações atingirem o Pedro Gomes. Em um primeiro momento, a ocupação não teve uma adesão factual dos alunos e da comunidade, pois a ocupação se deu em período de recesso escolar de final de ano.

A ocupação do Colégio Pedro Gomes se diferencia das demais em relação à sua causa, mas seus objetivos são os mesmos: defender a educação pública. De um lado, escolas citadas no Edital nº 001/2016 de chamamento público destinado à seleção de organização social, de outro, as escolas negligenciadas pelo estado, sucateadas e com risco iminente de serem fechadas. Segundo G. T., aluno na época da ocupação e ativista da luta contra a terceirização do ensino público em Goiás, a ocupação do Colégio Prof. Pedro Gomes “somou integralmente na luta contra as OSs, mas nunca deixando de lado seu enfoque sobre manter esse importante colégio aberto”. G. T. ainda relata que a ocupação contava com festivais de música, esportes radicais, dança, com o exercício do envolvimento político dos alunos com a comunidade sobre as OSs e principalmente sobre

o possível fechamento da escola. Uma das atividades diárias dos ocupantes consistia em circular pelo setor Campinas, em conjunto com os estudantes de outras ocupações para conversar e entregar panfletos informativos sobre as ocupações e pedir auxílios, da forma que fosse possível, para ajudar e manter a ocupação do Pedro Gomes. Desta forma, os estudantes conseguiram alimentos e materiais para a manutenção e limpeza dos colégios. O diretor relata que a ocupação do colégio contou com um contingente pequeno de ocupantes, circulavam poucas pessoas e foram realizadas poucas ações políticas, comparada às demais.

A diretoria tinha conhecimento que aumentar o número de alunos seria uma forma de reagir, sendo este um dos pontos de maior diálogo da diretoria com os estudantes e a comunidade. Todos ajudavam como podiam, inclusive em divulgações por meio de redes sociais. No período de matrículas, a ocupação estava instalada. Para manter o plano de recuperar a escola, os ocupantes abriram as portas para que a secretaria pudesse fazer plantões de matrícula, e dessa forma, o Pedro Gomes conseguiu iniciar o ano letivo de 2016 com 120 alunos a mais que o ano anterior. O Pedro Gomes passou a contar com 525 alunos e foi considerada a maior escola de tempo integral do estado, possuindo até lista de espera com mais de trinta alunos. Durante as ocupações, o diretor enfatizava que, se ela permanecesse por mais tempo, haveria o risco de se fazer exatamente o que o governo espera: fechar suas portas. Importante ressaltar que o Pedro Gomes passava por um processo de adaptação ao novo sistema de tempo integral implantado desde 2013.

O diretor conta que apoiou amplamente a luta dos secundaristas e reconhecia o problema que poderia vir com as organizações sociais. Considera o projeto polêmico, com itens controversos e que apresentaria uma dinâmica gestacional totalmente diferente da atual. Em entrevista, o diretor explica o que entende do que será os trâmites burocráticos com as OS na gestão das escolas:

com um gestor administrativo e um pedagógico, o gestor da escola seria o pedagógico, mas a gente sabe que teria umas configurações de recursos federais que esse diretor de OS não poderia assumir. Quem assume esses recursos da prestação de conta, por exemplo, é o gestor eleito da escola, o que tá lá na portaria, e aí se você tiver que assinar alguma coisa que não foi você que gastou o dinheiro, é complicado. Aí se o gestor pedagógico acompanhar todo o trabalho da gestão administrativa, de uma pessoa que você não conhece, da qual não concorreu com você, que não é seu colega de trabalho, que é simplesmente gestor e assim, pela experiência que a gente tem com gestão, na grande maioria delas, eles têm uma configuração de uma empresa, e toda empresa ela tem uma lógica que é básica: diminuir os custos para maximizar o lucro. Isso é a lógica do capital e é a lógica de qualquer empresa. Nenhuma empresa vai ter uma configuração diferente. E onde é o primeiro ponto onde se minimiza os custos? É em pessoas. E como o lucro é embutido na OS, apesar

de ser organização social, mas ela tem lucro, esse lucro ele vem através dessa diminuição de custos, mas se diminuí esses custos sob que ótica? Aí essas coisas que são extremamente problemáticas. (Entrevista com o diretor do C.E.P.I. Pedro Gomes, J.N., em 22 de junho de 2017).

O diretor comentou que o propósito da OS é burlar a burocracia das licitações como forma de atalho no processo minucioso que as licitações requerem e ainda afirma que para gerir uma organização com essa flexibilidade na prestação de contas requer muita honestidade por parte dos gestores. Por fim, afirma que a licitação é uma forma de garantir a idoneidade no processo, sendo este um dos maiores problemas deste projeto.

Conforme os dias passavam na ocupação, a comunidade se envolvia e debatia sobre os rumos do colégio. Após a ocupação do Colégio Pedro Gomes ter saído com destaque em um dos jornais de grande circulação da cidade, os ocupantes receberam o informe, através da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (Seduc/GO), de que o colégio não seria fechado. De acordo com o aluno G. T., a notícia da desocupação forçada ocorrida em um dos colégios da região noroeste foi o que deu início ao debate sobre a desocupar o colégio. Dado os ocorridos, foi convocada uma assembleia com pais, estudantes e professores no final de janeiro do ano seguinte, no qual os ocupantes apresentaram a proposta de mantê-la em apoio à luta contra as OSs, mas a assembleia optou por encerrar. O diretor relata que a decisão de desocupação não foi consensual e considera o dissenso importante para qualquer processo democrático. Na assembleia, o diretor diz que se absteve na fala e que não interferiu na votação da assembleia, mas deixou clara nas discussões anteriores seu posicionamento pela desocupação, que segundo ele, se deu de forma tranquila e prudente. “Saímos em uma segunda-feira com a consciência de que ali ainda se poderia continuar tendo força de vontade para lutar pelo Pedro Gomes sempre que necessário.” (Entrevista com o aluno do C.E.P.I Professor Pedro Gomes, G. T., em 02 de julho de 2017).

Considerações finais

A onda do Movimento Estudantil em Goiânia nos meses de finais de 2015 e os iniciais de 2016, nos revelam, em suas ações, que sua força política não cessaria juntamente com o fim das ocupações. O pertencimento dos estudantes à história, na configuração de escola enquanto comunidade, evidencia que a luta só estava no início,

visto ainda que o Edital nº 001/2016 foi apenas revogado, ainda existindo a possibilidade de sua aplicação. A ocupação foi considerada como uma grande aula, onde cada tomada de decisão coletiva era um exercício de cidadania e ensinava a importância do debate e da discussão sobre demandas estudantis, porque afinal, ninguém melhor que o próprio estudante e sua comunidade para apontar suas necessidades e dificuldades. A partir da experiência da ocupação, se começou a entrar em pauta o que a comunidade espera de uma escola: mais participação comunitária e estudantil, apoio mútuo e horizontalidade.

As ocupações foram fundamentais para o sentimento de pertencimento para com a escola, e desta forma, os alunos conseguiram conquistar, por meio da mobilização estudantil e da *práxis revolucionante*, o reconhecimento e respeito da sociedade no que se refere à defesa da educação pública e do bem coletivo.

Na contemporaneidade, o debate em torno do movimento estudantil necessita de constante atenção para compreendermos as transformações sociais e políticas que ocorrem no âmbito da educação e assistir as alterações geracionais e relação de pertencimento dos indivíduos estudantes com sua escola e sua comunidade.. Analisar o movimento estudantil como um fenômeno em constante evolução é uma forma capaz de influenciar diretamente as políticas educacionais e a participação dos jovens na sociedade de forma política e, principalmente, autônoma. Ao estudarmos o movimento estudantil atual, somos confrontados com questões cruciais como a busca por uma educação mais inclusiva, a luta por melhores condições de ensino, o enfrentamento de desafios sociais e a defesa de uma visão democrática e participativa da escola. O movimento estudantil contemporâneo se configura como um espaço de resistência e mobilização, onde os estudantes exercem seu papel como agentes de mudança e buscam, por meio de suas demandas e ações, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao analisar o movimento estudantil no C.E.P.I. Prof. Pedro Gomes, compreendemos a sua relevância histórica e o seu papel na construção da identidade dos estudantes e na formação de uma consciência cidadã, que, ironicamente, deveria ser vivenciada no ambiente escolar, e não para resistência e permanência do mesmo. Como pesquisadores das estratégias políticas do volátil movimento estudantil, devemos reconhecer que ele é uma expressão legítima da voz dos jovens, que buscam influenciar os rumos da educação e da sociedade como um todo. Ao investigar as ações, reivindicações e conquistas de resultado pós ocupações, podemos compreender as dinâmicas de poder presentes na relação entre estudantes, instituições de ensino e o Estado. Além disso, ao examinarmos esta experiência *revolucionante*, temos a oportunidade de identificar os desafios e as

demandas contemporâneas da juventude, de forma que o estudo e o debate em torno do Movimento Estudantil na nos permitam compreender a história em constante movimento e contribuir em fundamentação teórica para uma sociedade mais participativa, democrática e igualitária.

Referências

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas.** Educação & Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 921-946, out. 2007.

Entrevista com o diretor do C.E.P.I. Professor Pedro Gomes, J. N., em 22 de junho de 2017.

Entrevista com estudante do C.E.P.I. Professor Pedro Gomes, G. T., em 02 de julho de 2017.

FREITAS, Luiz Carlos. **Os Reformadores Empresariais da Educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação.** Educ. Soc., Campinas, v.33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012.

_____. **Conseguiremos escapar ao neotecnicismo?** In: SOARES, M.B.; KRAMER, S.; LUDKE, M. Escola básica (Anais da 6. CBE). Campinas: Papirus, 1992.

MAZZOCO, Bruno. Exclusivo: **quem vai administrar as escolas de Goiás?** Em: <<http://novaescola.org.br/politicas-publicas/radiografia-oss-goias-938045.shtml>>. Acesso em: 11 de julho de 2016.

MIRANDA, Marília Gouvea de. **Novo paradigma de conhecimento e políticas educacionais na América Latina.** Caderno de Pesquisa. São Paulo, n. 100, p. 37-48, mar. 1997.

Portal da Transparência do Governo do Estado de São Paulo. **Organizações Sociais.** Disponível em <<http://www.transparencia.sp.gov.br/organizacoes.html>>. Acesso em: 13 de julho de 2016.

SAVIANI, Demerval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC.** Educação e Sociedade, 2007.

SINGER, André. **Raízes sociais e ideológicas do lulismo.** Revista Novos Estudos, 2009.

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política.** Traduzido por André Villalobos. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3, Brasília, janeiro/julho de 2010.

Todos Pela Educação. **Conheça as 5 metas do Todos Pela Educação**. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/indicadores-da-educacao/5-metas>>. Acesso em: 17 de junho de 2017.

VIDAL, Rafaela Costa. **As políticas neoliberais na educação no governo Collor (1990-1992)**. 2020. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.